

Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA

Local: Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) – Rua Governador Parigot de Souza, 311

Data: 03 de abril de 2014

Horário: 8:30

1 Aos 03 dias do mês de abril de 2014 realizou-se reunião ordinária do Conselho Municipal da Criança e do
2 Adolescente no Auditório da OAB. Estiveram presentes os seguintes conselheiros do CMDCA: **Conselheiros**
3 **Conselheiros Titulares:** Almir Scatambulo, Eloyr Doin Pacheco, Lílian Mara Consolin Poli de Castro, Roberto
4 Barbosa da Silva, Magali Batista de Almeida, Jaqueline Francis Marcos, Laura Ferreira Lago, Maria Andréa dos
5 Anjos, Patricia Soares Alves da Silva Campos. : **Conselheiros Suplentes:** Adriana da Cruz Barrozo, Tonia
6 Rejane Silva Felix, Kamila Fernanda de Lima e Silva, Marcelo Guerra, Hélcio dos Santos, Pedro Silvino de
7 Campos, Tatiane Simões Maia e Janete Fátima de Souza. **Justificadas:** Mauricio Jose Rosa, Kamila Fernanda de
8 Lima e Silva, Lílian Mara Consolin Poli de Castro; **Registraram presença:** Leoni Alves Garcia, (CTSUL),
9 Luiza F. Lima (Associação Solidariedade Sempre), Juliana Lima (PSTC), Vanessa Camargo de Oliveira (Guarda
10 Mirim), Maria Jose da Mata (SMAS), Fabíola Parreira Camela (Defensoria Pública), Jaqueline Suzana Lourenço
11 (PROVOPAR), Maria Inez Gomes (CTCENTRO), Daniel Soares da Silva (PSTC), Verônica Sabino dos Santos
12 (CTSUL), Veruska Rodrigues (CEPAS), Mirko Bressawine (CTSUL), Alexandra Alves (Epesmel), Yara R.
13 Faleiros Grariente (Ministério Publico), Maria Brígida Sampaio de Souza (CTSUL), Bruna Bária (Creas2),
14 Lidiane Sabatine Peralta (Creas2), Hélcio dos Santos (Controladoria), Denise M. F. Caldeirão, Manoel Carlos
15 Leite da Silva (CTSUL), Marina de Andrade Bárbara (CTNORTE), Denise Maria Fank de Almeida (Assessoria
16 Técnica - CMDCA) e Kátia Besspalhok (Sec. Adm. - CMDCA). Após verificação do quórum, e aguardado o
17 tempo de espera para a segunda convocação, a presidente Nanci iniciou com a apresentação dos participantes da
18 Reunião. A Reunião teve os seguintes pontos de Pauta: **1. Aprovação da Ata dia 20/03/2014; 2. Apresentação**
19 **do Relatório de Gestão Orçamento Criança – 1º Bimestre de 2014; 3. Apresentação Relatório da execução**
20 **do Orçamento Criança pela Secretaria de Saúde; 4. Discussão sobre encaminhamentos ao PPCAM –**
21 **Programa de Proteção aos Ameaçados de Morte; 5. Discussão da Resolução 054 – Recurso oriundo da**
22 **Procuradoria Regional do Trabalho do Paraná para financiar ações de qualificação profissional de**
23 **adolescentes; 6. Discussão dos Artigos 213 e 214 do ECA – destinação de recursos provenientes do**
24 **Judiciário; 7. Relato das Comissões; 8. Informes.** Nanci justificou que o ponto de pauta 3 “ Apresentação
25 Relatório da execução do Orçamento Criança pela Secretaria de Saúde” será suprimido, pois seria necessário um
26 ofício ao Secretário Municipal de Saúde para liberação da pessoa específica para tratar deste tema. Após a
27 aprovação da pauta, iniciou-se com **1.Aprovação da Ata do dia 20/03/2014:** Foi aprovada com algumas
28 alterações. **2. Apresentação do Relatório de Gestão Orçamento Criança – 1º Bimestre de 2014:** Hélcio, da
29 Controladoria Geral do Município, apresenta dados da execução orçamentária do Município no que se refere ao
30 Orçamento Criança. Hélcio esclarece que apresenta apenas a execução quantitativa do recurso, as Secretarias
31 afins é que tem domínio das ações executadas. Nanci coloca que as Secretarias têm sido convidadas para
32 apresentar as ações executadas, na reunião passada esteve a Secretaria da Educação e hoje seria a de Saúde.
33 Lílian sugere que nas próximas apresentações da Controladoria, anteriormente seja reunido com as Secretarias
34 afins e façam um apresentação única com o orçamento e as ações. Hélcio coloca que isto é possível e que
35 facilitaria se fosse quadrimestral, já que nesta periodicidade as pastas precisam sintetizar os dados para
36 apresentação na audiência pública do Orçamento Criança. Verônica solicita também que a CAAPSML possa
37 esclarecer onde executa o recurso. Foi deliberado que na reunião de junho, na próxima apresentação da execução
38 do Orçamento Criança, estejam representantes das secretarias afins para apresentarem as ações executadas com o
39 recurso. **Item 3: Foi suprimido. 4. Discussão sobre encaminhamento ao PPCAM – Programa de Proteção**
40 **aos Ameaçados de Morte:** Nanci introduz a discussão, esclarecendo que o PPCAM é um programa de proteção,
41 porém a sede do Programa é em Curitiba e, quando surge um caso de adolescente ameaçado, o processo é
42 demorado, de imediato há dificuldade em acolher este adolescente em alguma instituição. Verônica, enquanto
43 Conselho Tutelar, coloca a dificuldade diária nestes encaminhamentos; retoma uma reunião anterior do CMDCA
44 onde este assunto esteve em pauta e questiona quais foram ações posteriores. Cláudia Tavares, Gerente de Alta

Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA

45 Complexidade da Secretaria de Assistência Social, coloca que há cerca de 1 ano e meio, houve uma mobilização
46 do Município junto a Municípios vizinhos a fim de discutir este tema, foi feita a proposta de um consórcio, foram
47 envolvidas várias entidades, inclusive comunidades terapêuticas, e a Secretaria de Justiça ficou de apresentar
48 uma proposta e isto não aconteceu. Carlos, Conselheiro Tutelar, reforça as dificuldades nos encaminhamentos
49 nestes casos e questiona porque não existem entidades de acolhimento apenas para o adolescente, não precisando
50 mobilizar toda a família. Dra. Iara esclarece que a porta de entrada para o PPCAM é o Ministério Público.
51 Aponta que após várias reuniões com a Secretaria de Justiça sobre este tema, de fato não houveram mudanças. O
52 PPCAM estava sem convênio, ou seja, de certa forma não existia mais, e estava sem condição de prestar os
53 atendimentos. Londrina tem a segunda maior demanda do Estado e isto exige recursos para a execução do
54 atendimento. Dra. Yara reforça a importância da família acompanhar o adolescente, já que o afastamento da
55 família não é o melhor caminho. Além disso, na sua maioria os adolescentes são usuários de drogas, é necessário
56 o tratamento. Coloca que hoje compreende que existem outras opções a serem esgotadas antes de acionar o
57 PPCAM, como a mudança de bairro ou a mudança para a casa de um parente em outro município. A retirada de
58 toda a família do município envolve a saída de vínculos de trabalho, a necessidade da família ser toda sustentada,
59 entre outros. Leoni coloca que a maior dificuldade é aguardar a avaliação do PPCAM, já que, de imediato, diante
60 da ameaça, não há onde o adolescente ser acolhido. Após o tempo de 15, 20 dias no aguardo da avaliação do
61 PPCAM, já se percebe que a ameaça não era tão grave. Outra questão é o retorno, após o acompanhamento em
62 outro município, o adolescente retorna e fica sem o devido acompanhamento. Alexandra coloca que uma coisa é
63 o repasse ao Fundo, e isto tem ocorrido, outra coisa é o acompanhamento desta questão. Percebe que esta
64 discussão não tem sido pautada do CEDCA e sugere que seja encaminhado um relato destas discussões e
65 dificuldades vivenciadas pelo município para a Câmara de Garantia de Direitos e em seguida para a plenária na
66 próxima reunião do CEDCA 24 e 25/04. Sobre o Creas 2, coloca que hoje as famílias já tem buscado as
67 alternativas para resolver esta questão e a solicitação é por um respaldo do Estado. Há sim uma dificuldade na
68 avaliação da gravidade da ameaça, mas de fato, quando o próprio adolescente traz a preocupação com a ameaça,
69 geralmente a situação é grave. Laura relembra que em julho de 2013 o PPCAM esteve na reunião do CMDCA,
70 esclareceu algumas dúvidas e colocou suas dificuldades. Naquele momento estavam com dificuldade no
71 convênio e com uma equipe bem pequena para o atendimento de todo o Estado do Paraná. Na ocasião foi
72 definido como encaminhamento a discussão do fluxo municipal enquanto não se solucionava o conveniamento
73 do PPCAM e foi apresentada a deliberação da comissão de Acolhimento Institucional de que as instituições de
74 acolhimento não tem condição de receber este público. Fabiola, representando a defensoria pública, coloca que
75 muitos adolescentes em situação de ameaça tem permanecido na Internação Provisória no CENSE por falta de
76 encaminhamento emergencial enquanto se aguarda a avaliação do PPCAM, ou seja, tem se garantido a segurança
77 com uma violação de direito. Nanci aponta que existem duas propostas: pautar na Câmara de Garantia de
78 Direitos do CEDCA a fim de fomentar esta discussão no Conselho Estadual. Outra proposta é retomar a
79 discussão do fluxo municipal. Cláudia fica responsável por retomar a comissão anteriormente composta e as
80 entidades que são fundamentais participarem da discussão do fluxo do município. Denise sugere que, como o
81 Ministério Público é a porta de entrada, que ele possa solicitar a participação dos representantes nesta comissão.
82 Dra. Iara diz que isto é possível. O objetivo deste grupo é a discussão das possibilidades a nível de município a
83 fim de acionar o PPCAM apenas em último caso. Alexandra questiona sobre a comissão dos Ameaçados de
84 Morte do CMDCA, diz que o município tem o compromisso de manter esta comissão, já que recebe recursos
85 para o atendimento aos adolescentes em cumprimento de medida em meio aberto e que o CMDCA precisa
86 fiscalizar os trabalhos desta comissão. Denise esclarece que foi discutido em plenária que fosse revista esta
87 comissão específica, que Sandra Coelho, gerente de média complexidade da Secretaria de Assistência esteve em
88 reunião do CMDCA e fez esclarecimentos a partir do Sinase e ficou de compor esta comissão. Denise fica de
89 resgatar com Sandra Coelho o andamento deste processo. **5. Discussão da Resolução 054 – Recurso oriundo**
90 **da Procuradoria Regional do Trabalho do Paraná para financiar ações de qualificação profissional de**
91 **adolescentes:** Denise apresenta a resolução 054 que diz que recursos oriundo de multas resultantes de ações da
92 Procuradoria Regional do Trabalho do Paraná 9ª região, depositados no Fundo Municipal dos Direitos da Criança

Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA

93 e do Adolescente do município de Londrina, sejam utilizados para financiamento de ações de Qualificação
94 Profissional que tenham por foco a inclusão do adolescente no mercado de trabalho na condição de adolescente
95 aprendiz. Aponta que o saldo atual no Fundo é de R\$ 111.726,47. Os critérios para a entidade pleitear o recurso
96 são: 1. Aptidão para ministrar cursos de aprendizagem e capacidade técnica; 2. Estar a instituição e os respectivos
97 cursos cadastrados no Cadastro Nacional de Aprendizagem, conforme a portaria 615/2007, ou conforme a portaria
98 723/2012 para cursos cadastrados após a entrada em vigor desta última; 3. Inscrição da entidade e do programa
99 de Aprendizagem no CMDCA; 4. O serviço da instituição deverá estar registrado no mínimo há 2 anos no
100 CMDCA; 5. Aprovação do Projeto Técnico e Plano de Aplicação pelo CMDCA, comprovada através de
101 deliberação. Londrina tem 3 entidades nestes critérios, que são EPESMEL, Guarda Mirim e Núcleo Espírita Irmã
102 Sheila. Denise Caldeirão, do Instituto Milênia, pede que seja verificado seu tempo de inscrição no CMDCA,
103 assim como o CEPAS, já que acreditam estarem dentro dos critérios. A Comissão de Fundo irá avaliar os
104 critérios, pensar no Edital e trará para a plenária na próxima reunião do CMDCA. **6. Discussão dos Artigos 213**
105 **e 214 do ECA – destinação de recursos provenientes do Judiciário:** Denise verificou os artigos 213 e 214 do
106 ECA que trata dos valores das multas revertidas ao fundo e foi conversar na 2ª Vara da Infância e Juventude. Foi
107 esclarecido que há recursos que são apreendidos com os adolescentes, fruto de atos infracionais, e que devem ser
108 destinados ao Fundo da Criança para aplicação no atendimento a adolescentes em cumprimento de medida em
109 meio aberto. Hoje existe um saldo de cerca de R\$ 9.000,00. Denise coloca que precisa ser feita uma resolução
110 regular este recurso. Comissão Acolhimento Institucional: Laura coloca que esta comissão reuni-se mensalmente
111 e estão discutindo as situações dos ameaçados de morte e das evasões. A próxima reunião será em maio.
112 **Comissão de Acompanhamento do Conselho Tutelar:** Nanci coloca que reuniram-se com a Secretaria de
113 Assistência, Elza Correia e os conselhos tutelares para organizar a criação da quarta sede do Conselho Tutelar e
114 que até a Páscoa esta quarta sede estará funcionando. A sede do Conselho Norte irá para a antiga sede do CRAS
115 Norte A. Maria Inês coloca que o Conselho Tutelar Norte se dividirá em duas sedes, enquanto a quarta sede não
116 fica pronta. Leoni questiona se foi discutida a questão do aumento de motoristas e recursos. Nanci afirma que
117 isso não foi discutido. Leoni pergunta se o CMDCA pode encaminhar a questão da estrutura dos Conselhos
118 Tutelares, pois não adianta aumentar o quadro de funcionários e não ter estrutura para trabalhar. Marina afirma
119 que o Luis, assessor da Tércia, disse que irão emprestar computadores novos, enquanto não chega os do Conselho
120 Tutelar, mas que falta o encaminhamento do DTI dos computadores, que antes disso os computadores não podem
121 ser encaminhados. Nanci coloca que tem um representante do DTI no CMDCA e que será pedido prioridade a
122 estes computadores. Comissão das Escolinhas de Futebol: a comissão se reuniu e viu que a situação de Londrina
123 é bastante complexa. A preocupação é com o prazo de resposta ao ofício do CEDCA com o diagnóstico da
124 situação dos clubes em Londrina para o início de maio e que não conseguiram fazer as visitas neste prazo. A
125 comissão definiu como encaminhamento o relato ao CEDCA do que já foi levantado e propor, a partir de
126 resolução nº. 004/2011 do CEDCA, criar uma resolução específica para Londrina, levando em conta realidade do
127 município. A partir da resolução, serão definidos fluxos, critérios para execução deste serviço e serão realizadas
128 as visitas. Alexandra fala da urgência deste assunto, visto que as denúncias que chegam ao CEDCA são
129 gravíssimas. Denise fala da dificuldade do CMDCA em fazer o acompanhamento destas escolinhas, visto que
130 existem 19 cadastradas na Liga dos Clubes, porém a notícia é de que existem inúmeras outras atuando na cidade.
131 **8. Informes:** Nanci coloca que foi encaminhada a Câmara de Vereadores ofício solicitando a recomposição da
132 Comissão de Criança e Adolescente da Câmara, que foi extinta. Nanci coloca também que, com a saída da
133 Patrícia Pedalino, a Assessoria da Criança e Adolescente do Município ainda está sem representante. Outro
134 informe é que foi expedido um ofício para a desembargadora Denise Kruger solicitando uma Vara específica para
135 o atendimento a criança e ao adolescente, já que a Vara Maria da Penha foi desmembrada e há uma preocupação
136 de que os casos referentes a criança e ao adolescente sejam acoplados a outras Varas não específicas. Nada mais
137 havendo a ser tratado, deu-se por encerrada a presente reunião e para constar eu, Adriana da Cruz Barrozo, lavrei
138 a presente ata.